

RECURSO ESPECIAL Nº 1.679.910 - RS (2017/0111555-4)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
RECORRENTE : ELIANE BEATRIZ GOMES NUNES
RECORRENTE : MARIA DA GLORIA GOMES NUNES
ADVOGADOS : MARCO GERALDO ABRAHÃO SCHORR - RS032025
TELMO RICARDO ABRAHÃO SCHORR - RS032158
ARIANE SCHORR PASCHOAL - RS067800
PABLO RODRIGO SCHACKER MILITÃO E OUTRO(S) - RS086620
RECORRIDO : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR : MARCELO GOUGEON VARES E OUTRO(S) - RS027355

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por ELIANE BEATRIZ GOMES NUNES e OUTRA, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (fl. 258):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. PAGAMENTO POR PRECATÓRIO. ADIMPLEMENTO. PEDIDO DE COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR PAGO. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. IMPUGNAÇÃO EXTEMPORÂNEA. INTELIGÊNCIA DO ART. 46 DO ATO Nº 013/2012-P. PRECLUSÃO CONFIGURADA.

- A parte agravante teve ciência do pagamento do precatório por intermédio da NE nº 541/2013-SPP, disponibilizada no DJe em 08/07/2013, e o pedido de complementação foi protocolizado somente na data de 11/11/2013, restando ultrapassado, assim, o prazo de cinco dias previsto no art. 46 do Ato nº 13/2012-P.

- Reconhecida a intempestividade do pleito de atualização monetária do precatório, face à ausência de oportuna manifestação da exequente, resta prejudicado o pedido de análise dos índices de atualização monetária sobre o valor pago.

RECURSO PROVIDO.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 292/298).

Sustenta a parte recorrente que, a despeito da oposição de embargos de

declaração, deixou o Tribunal de origem de apreciar os argumentos expendidos nas contrarrazões do agravo de instrumento, no sentido de que (fls. 307/308):

[...] face a competência do juízo da execução à análise do valor remanescente, a teor do disposto na Súmula 311, STJ e ao artigo 1º-E da Lei 9.494/97, há o afastamento da aplicabilidade do Ato 013/2012-P, TJRS, visto que o mesmo só tem efeitos no Setor de Precatórios; O ERRO MATERIAL DO CÁLCULO PODE VIR SANADO A QUALQUER TEMPO; apenas há a extinção da execução quando o devedor satisfaz a obrigação; a natureza de ordem pública dos juros e da correção monetária; a sentença de mérito determinou o cômputo dos valores remanescentes.

Ainda, veio alegado que, em caso de provimento do pedido do réu, restaria possibilitado o enriquecimento sem causa do devedor e, ainda, a inaplicabilidade dos critérios das ADI's já mencionadas.

A partir dessa premissa, aponta violação aos seguintes dispositivos legais:

a) art. 489, § 1º, IV e VI, do CPC/2015 c/c o art. 5º, IX, e LIV, da Constituição Federal, haja vista que o acórdão dos embargos de declaração *"carece de fundamentação jurídica, pois não enfrentados todos os argumentos trazidos pela recorrente, bem como não demonstrada a distinção, entre as súmulas e entendimento jurisprudenciais invocados pela recorrente com o caso concreto"* (fl. 311);

b) art. 6º do CPC/2015, uma vez que *"a ausência de prestação jurisdicional EFETIVA E ADEQUADA AO CASO CONCRETO, importa em violação à NORMA FUNDAMENTAL DE COOPERAÇÃO, [...] visto que não indicados precisamente o motivo pelo qual os aclaratórios vieram desprovidos e os motivos que ensejaram a manutenção à decisão"* (fl. 314);

c) art. 535 do CPC/1973 (atual art. 1.022, II, parágrafo único, II, do CPC/2015), pois seus aclaratórios foram rejeitados sem que fossem sanadas as omissões apontadas no acórdão embargado. Nesse ponto, duz a existência de dissídio jurisprudencial.

Por fim, requer o provimento do recurso especial a fim de que seja anulado o acórdão dos embargos de declaração.

Contrarrazões às fls. 340/343.

Contra a decisão que inadmitiu na origem o recurso especial (fls. 346/353) foi interposto agravo (fls. 358/369), o qual restou provido a fim de ser reautuado como apelo nobre (fl. 390).

É O RELATÓRIO. PASSO À FUNDAMENTAÇÃO.

De início, não se presta o recurso especial o exame de suposta afronta a dispositivo constitucional, por se tratar de matéria reservada à competência do Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102, III, da Constituição da República.

Por sua vez, verifica-se que o Tribunal de origem não emitiu nenhum juízo de valor acerca dos arts. 6º e 489, § 1º, IV e VI, do CPC/2015, restando ausente seu necessário prequestionamento, o que atrai a incidência da Súmula 282/STF, por analogia.

De outro lado, verifica-se que o Tribunal de origem efetivamente não se manifestou acerca das questões suscitadas pela parte ora recorrente em seus embargos de declaração, reiteradas no recurso especial.

Nada obstante, tal fato não implica o reconhecimento de negativa de prestação jurisdicional. Isso porque *"a ausência de manifestação, pelo Tribunal de origem, acerca de matéria suscitada apenas nos embargos declaratórios, trazendo questão preclusa e em evidente inovação de tese recursal, não caracteriza omissão. Precedentes: AgRg no AREsp 295.222/CE, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 2/12/2013; REsp 1.688.566/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 18/12/2017; AgInt no REsp 1.138.093/MG, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 11/12/2017" (AgInt no AREsp 1.232.946/PE, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe 20/06/2018).*

Por fim, não restou demonstrada a necessária similitude fática entre os acórdãos confrontados, para fins de comprovação do dissídio jurisprudencial, haja vista a inexistência de omissão do Tribunal de origem, no caso concreto.

ANTE O EXPOSTO, conheço parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, **nego-lhe provimento**.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator